

VINICIUS GOMES DE VASCONCELLOS

DIREITO AO RECURSO NO PROCESSO PENAL

Conteúdo e dinâmica procedimental para um
controle efetivo da sentença condenatória

2ª edição

Atualizado com as
alterações da Lei 13.964/19

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Vasconcellos, Vinicius Gomes de

Direito ao recurso no processo penal : conteúdo e dinâmica procedimental para um controle efetivo da sentença condenatória / Vinicius Gomes de Vasconcellos. -- 2. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5065-366-8

1. Processo penal 2. Recursos (Direito) 3. Sentenças (Direito processual) - Brasil I. Título.

20-35434

CDU-347.955:343.1(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Recursos : Direito processual penal
347.955:343.1(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
APRESENTAÇÃO	9
NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO	13
NOTA DO AUTOR	15
INTRODUÇÃO	21
a) Objetivos, limitações e problemas	22
b) Justificativa e ineditismo	24
c) Estrutura da tese e de seus capítulos	30
PARTE 1 – A REVISÃO AMPLA DA CONDENAÇÃO E O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO: SOBRE A PERSPECTIVA ESTÁTICA DO DIREITO AO RECURSO NO PROCESSO PENAL	33
1. Fundamentação do direito ao recurso: premissas dogmáticas e legislativas da impugnação sobre a decisão condenatória	39
1.1. A insuficiência da visão clássica acerca dos fundamentos do recurso sobre a condenação no processo penal.....	39
1.2. O recurso como garantia do acusado de controle sobre a decisão judicial	43
1.2.1. A origem burocrática da ideia de controle como concentração de poder e a imprecisão do desfoque à proteção do acusado	44
1.2.2. O direito ao recurso como limite de poder por meio do controle da atuação jurisdicional	46
1.3. Fundamento legislativo do direito ao recurso no processo penal brasileiro	51
1.3.1. O direito ao recurso na Constituição brasileira: divergências sobre a sua previsão constitucional	51

1.3.2.	Tratados internacionais de Direitos Humanos e a consagração do direito ao recurso no processo penal: breve análise acerca do seu <i>status</i> normativo no ordenamento brasileiro	55
1.3.3.	Conclusão parcial do tópico: recurso sobre a condenação como direito fundamental integrante do bloco de constitucionalidade	60
2.	Elementos essenciais e conteúdo do direito ao recurso sobre a condenação no processo penal	65
2.1.	Titularidade do direito ao recurso no processo penal: a consagração ao imputado e o conseqüente regime jurídico diverso ao acusador.....	74
2.1.1.	Direito ao recurso do acusador? Apontamentos introdutórios para o desvelamento da distinção de premissas	78
2.1.1.1.	Sobre as premissas diversas do recurso da acusação e a conseqüente configuração de um regime impugnativo distinto.....	78
2.1.1.2.	As aporias do sistema recursal penal diante da possibilidade de reforma de uma absolvição: breve introdução à proposta de limitação ao recurso da acusação	82
2.1.2.	Voluntariedade no sistema impugnativo e a problemática do recurso de ofício	97
2.2.	Extensão do direito ao recurso no processo penal: as decisões passíveis de reexame	99
2.2.1.	O direito ao recurso e as suas exceções: crítica ao esvaziamento de conteúdo e potencial efetividade	106
2.2.1.1.	Hipóteses de julgamento por tribunal superior em competência originária: o foro por prerrogativa de função em tensão com o direito ao recurso do acusado	109
2.2.1.2.	Condenação em recurso sobre a sentença absolutória: o necessário reforço da lógica de proteção ao imputado.....	117
2.2.1.3.	Ofensas de menor gravidade: sobre a revisão sem exceções da incidência do poder punitivo estatal	120
2.2.1.4.	Procedimento do Júri e apelação limitada: a tensão entre a soberania dos veredictos, sua ausência de motivação e o direito ao recurso sobre a condenação	123
2.3.	Amplitude da impugnação e a efetividade da revisão realizada sobre a decisão condenatória	126
2.3.1.	Ampla revisão da condenação: a concretização de sua essência na proteção da presunção de inocência no processo penal	136
2.4.	Autoridade competente para o julgamento do recurso: o conceito de Tribunal Superior.....	140
2.5.	Momento de realização da revisão no juízo recursal: a necessidade da impugnação antes do início da execução da condenação	144
2.6.	Conclusão parcial do capítulo: proposta de delimitação do direito ao recurso no processo penal.....	148
3.	O controle da sentença e sua indispensável amplitude: relações necessárias com a função da prova e com o dever de motivação no processo penal	151
3.1.	A prova no processo penal: a importância da valoração do lastro probatório e de seu controle por meio recursal	152

3.1.1.	A função da prova no processo penal: entre a racionalidade da cognição e a facticidade da persuasão do julgador	153
3.1.2.	Modelos de valoração probatória e seu controle por meio de recursos	161
3.1.3.	A importância do controle sobre o juízo de fatos para a decisão em âmbito criminal	167
3.2.	Motivação da decisão e limites à atividade jurisdicional: sobre a simbiose entre a fundamentação da condenação e seu controle em âmbito recursal	171
3.2.1.	Aspectos preliminares do dever de motivação das decisões jurisdicionais no processo penal	172
3.2.2.	A relação de dependência recíproca entre a motivação e o recurso da decisão: sobre a instrumentalidade para proteção dos demais direitos e garantias fundamentais	178
4.	Recursos e modelos de Justiça Criminal: a relação entre o meio de impugnação da sentença e o desenho amplo do Processo Penal	183
4.1.	Juízos criminais de instância única e de graus recursais: sobre a compatibilização da justiça criminal com o direito ao recurso do imputado	184
4.1.1.	O debate acerca da espécie de impugnação compatível com o direito ao recurso no processo penal	187
4.1.1.1.	O exemplo espanhol e sua tensão com o posicionamento do Comitê de Direitos Humanos da ONU	193
4.1.2.	A desvirtuação do recurso de cassação em um ordenamento de instância fática única	196
4.1.3.	A necessária generalização do duplo grau de jurisdição e sua instrumentalização por meio da <i>apelação</i>	199
4.2.	Sistemas processuais e recursos na justiça criminal: desvelando relações não necessárias	204
4.2.1.	Considerações preliminares sobre os sistemas processuais penais: a necessidade de limitação de significado diante das imprecisões na discussão atual	205
4.2.2.	O controle da decisão penal por meio do juízo recursal e sua não relação com a dicotomia acusatório e inquisitivo	210
	<i>Conclusões parciais</i> : o direito ao recurso da condenação como elemento da concepção do processo penal como instrumento de limitação do poder punitivo estatal	215
PARTE 2 – O DIREITO AO RECURSO SOBRE A CONDENAÇÃO EM SUA PERSPECTIVA DINÂMICA: CONCRETIZAÇÃO PROCEDIMENTAL DO EFETIVO CONTROLE DA SENTENÇA CONDENATÓRIA CRIMINAL		229
5.	O mito do duplo grau de jurisdição no Processo Penal brasileiro e a necessária reforma procedimental do Juízo Recursal	233
5.1.	Julgamento em juízo recursal com todas as garantias	240
5.1.1.	As etapas da persecução penal e suas funções cognitivas: sobre a centralidade do juízo oral e a delimitação do âmbito recursal como controle e limitação do poder punitivo	244
5.2.	Direito ao recurso e julgamento em prazo razoável: sobre a necessidade da gestão racional da organização judiciária	256

6. A amplitude da apelação e seus conflitos com a oralidade e a imediação: crítica e proposta de leitura atual	263
6.1. Delimitações introdutórias sobre a oralidade e a imediação no processo penal....	264
6.1.1. A imediação no processo penal: delineamentos e críticas às leituras radicais para sua inversão de sentido.....	271
6.1.2. Imediação como método de produção e não de valoração da prova?	276
6.1.3. Proposta de leitura da imediação no processo penal	278
6.2. A tensão entre duplo grau de jurisdição e respeito à oralidade e à imediação	281
6.2.1. O problema do controle recursal sobre a prova praticada em primeiro grau: as limitações ao reexame impugnativo em razão da imediação	282
6.2.2. Propostas de enfrentamento do problema: repetição integral do juízo em segundo grau, apelação somente com efeito rescisório ou proibição de reavaliação probatória?	286
6.3. O conteúdo da imediação e a compatibilização com a revisão ampla da condenação: possibilidade de contribuição de meios tecnológicos	294
7. A concretização dinâmica do Juízo Recursal Oral e as características básicas do procedimento da apelação sobre a condenação	303
7.1. A função do juízo recursal sobre a condenação e a sua estruturação básica como mecanismo de controle: críticas às confusas classificações doutrinárias	307
7.2. A audiência oral pública em segundo grau: os direitos de presença e de auto-defesa como elementos do procedimento recursal	312
7.3. A limitação dinâmica da amplitude do recurso: dever de impugnação específica e fortalecimento da motivação da decisão no juízo recursal	319
CONCLUSÃO	325
a) Consequências paralelas da tese à teoria e à prática da justiça criminal	336
b) Limitações desta tese e pautas para investigações futuras	339
REFERÊNCIAS	343
APÊNDICE 1 – PROPOSTA LEGISLATIVA (GENERALIZAÇÃO DIREITO AO RECURSO NO PL 8.045/10)	369
APÊNDICE 2 – PROPOSTA LEGISLATIVA (REFORMA PROCEDIMENTAL)	373